

Quando políticas linguísticas se mostram nos discursos: algumas representações sobre o guarani da fronteira Brasil/Paraguai

Eli Gomes CASTANHO

O Brasil possui 15.719 quilômetros de fronteira, divide territórios com dez países da América do Sul (BRASIL, 2009, p.11). Há, pois, um outro Brasil (ou outros Brasis) que se forma(m) em suas margens. Há um oceano de diversidade linguístico-cultural, nas outras bordas, ainda que, na maior parte das vezes, se esteja tão longe do mar.

Este artigo volta-se às idiosincrasias de uma fronteira em especial, a do Brasil com o Paraguai, em um ponto específico dos mais de 15 mil quilômetros, o que compreende as cidades gêmeas de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, Brasil e Pedro Juan Caballero, Departamento de Amambai, Paraguai. Por cidade gêmeas,

entende-se a área conurbada composta por cidades fronteiriças, sem acidente geográfico algum que separe os municípios. No caso das cidades em questão, apenas avenidas em paralelo, as avenidas Internacionais, fazem essa “separação”. Nesse contexto, além de línguas de imigrantes, são falados o guarani, o espanhol e o português. Os dois primeiros do lado de lá, da linha imaginária que separa cá, o Brasil, onde o português é tido como língua oficial.

Dado o contexto sociolinguisticamente complexo (CALVA-CANTI, 2009), o objetivo foi verificar como são construídas as representações sobre as práticas linguísticas envolvendo o português, o espanhol e guarani, nesse espaço fronteiriço. Em razão da limitação do espaço, neste capítulo, serão abordadas somente as representações sobre o guarani. Partiu-se da hipótese de que essas representações refletem, em certa medida, políticas linguísticas e educacionais de ambos os países que, na interação com os sujeitos da pesquisa, deixam entrever ecos dessas políticas, implantadas ao longo dos séculos. Para tal, foram entrevistados universitários brasileiros e paraguaios, por meio de um roteiro semiestruturado.

É importante advertir que não são consideradas as noções de língua de modo tão estanque como, em algum momento, possa parecer, em que se torna obrigatória a relação língua e Estado. O ponto de vista aqui assumido aproxima-se do que defendem Rymes (2014) e Busch (2012) nas noções de repertório comunicativo (para a primeira) e repertório linguístico (para a segunda). Isso implica admitir, sobretudo em se tratando de contexto multilíngue (PIRES-SANTOS, 2005), que as práticas linguísticas não são monolíticas e isoladas, mas são constantemente ressignificadas em razão do contato e usos linguísticos permanentes. Exemplo disso é o jopará, entendido como a mescla entre espanhol e guarani, rotulado, em alguns contextos, como outra língua, diferente das outras duas que estão na base de sua matriz.

A seguir, são apresentados alguns conceitos norteadores para a discussão proposta e informações à guisa de contextualização do campo de pesquisa. Por fim, a análise da amostra.

Políticas e ideologias linguísticas e a representação sobre as práticas

O binômio planejamento/implantação era a principal razão de se fazer políticas linguísticas, com vistas à mudança nos status das línguas faladas no mesmo território (CALVET, 2007). Com o tempo, verificou-se que somente as políticas de Estado não dariam conta de abarcar as questões decorrentes das políticas linguísticas. Afinal, não só o Estado poderia ser autor das políticas linguísticas, políticas do tipo top-down.

Em vez desse olhar dicotômico sobre políticas linguísticas, Spolsky (2004) defende que sua compreensão abarque a análise das práticas e representações linguísticas, muito mais que a discussão das leis oficiais que regulam os usos da língua por um Estado-nação, conforme sintetiza Ribeiro da Silva (2013).

Tendo como ponto de partida esse tripé – representações, práticas e gerenciamento – Shohamy (2006) ampliou a discussão de Spolsky. Para a autora, ao estudar políticas linguísticas, somente a partir do binômio (políticas e planejamento) contemplam-se exclusivamente políticas hegemônicas e homogêneas dos Estados, excluem-se outras vozes.

As políticas linguísticas, sobretudo em contextos multilíngues, não passam de declarações de intenções do que políticas de fato. Para se chegar ao que chama de políticas de fato é preciso olhar cri-

ticamente para objetos ocultos que compõem as políticas linguísticas, muito mais do que ações dos Estados-nação. No entender de Shohamy, as políticas linguísticas entram em prática por meio de mecanismos que nada mais são do que instrumentos para converter ideologias em políticas hegemônicas e homogêneas. Portanto, não só o Estado e seu poder de legislar sobre línguas legitimam um fazer da política linguística. Ela também se faz por meio de outras práticas, como por exemplo, a criação e divulgação de materiais didáticos. Assim, o primeiro caso, mais explícito como criar leis sobre a língua, passa a ser uma política linguística de fato (de facto *language policy*); já o exemplo da imprensa didática é um caso de política linguística oculta (*hidden language policy*).

Tal abordagem vai ao encontro da discussão de McCarty (2011) sobre o uso da etnografia no estudo das políticas linguísticas. Para essa autora, “políticas linguísticas são um complexo processo sociocultural que envolve: modos humanos de interação, negociação e relações de poder” (McCARTY, 2011, p.8). Ao citar esses elementos, deixa sugeridos a etnografia, em se tratando dos dois primeiros, e uma abordagem crítica, em se tratando do último elemento. É, pois, nesse enlace de abordagens teórica e metodológica que uma nova epistemologia em políticas linguísticas começa a emergir, que, segundo McCarty, busca usar os estudos etnográficos para a construção de um mundo socialmente mais justo.

Seguindo essa direção, buscou-se ouvir universitários do Brasil e do Paraguai, no sentido de perceber os posicionamentos que sustentam seus dizeres e, a partir desse diagnóstico, contribuir para direcionar o fazer pedagógico com vistas a um diálogo intercultural. Ao ouvir essas vozes, um pouco do devir histórico das políticas linguísticas dos países vizinhos é revisitado, uma vez que as políticas contribuem para a formação de uma ideologia linguística em construção entre os que convivem com as línguas.

A noção de ideologia linguística é, portanto, crucial para este trabalho. Isso porque é a partir dela que as representações sobre as línguas vêm à tona. Portanto, para fomentar políticas linguísticas é necessário, antes, que se invista em estudos focados no entendimento da complexidade de representações que se constroem em torno das línguas — bem como das ideias construídas sobre elas —, quer seja por falantes, grupos organizados da sociedade civil ou governantes.

A expressão ideologia linguística tem sua gênese na Antropologia Linguística e, conforme Kroskrity (2004) e McCarty (2011), foi usada pela primeira vez em 1979, por Michael Silverstein. Esse linguista assim a definiu: “...sets of beliefs about language articulated by users as a rationalization or justification of perceived language structure and use”³⁹. Com o tempo, outros linguistas foram se apropriando do conceito, como Woolard (1998, p. 3), que define ideologias linguísticas como “ideias sobre a língua(gem) e sobre como a comunicação funciona enquanto processo social”. E, por fim, Kroskrity (2004, p. 498) que categorizou ideologia linguística, de modo mais sumarizado como “crenças ou sentimentos sobre as línguas em uso na sociedade.”

McCarty (2011) aponta que, ao tratar de ideologia linguística, é importante relacioná-la com políticas linguísticas. As políticas linguísticas são mencionadas a partir da referência à metáfora das camadas de cebola, proposta por Ricento e Hornberger (1996). Assim como uma cebola apresenta várias camadas, as políticas linguísticas se constituem como um todo (um bulbo) que é um somatório de agentes que interagem entre si, por diferentes caminhos.

Estudar a ideologia linguística por esse viés é um dos percursos possíveis. McCarty (2011) sugere ainda que se some ao estudo

39 Conjuntos de crenças sobre a língua, articulados pelos usuários, como racionalização ou justificativa da percepção de sua estrutura e usos.

das políticas linguísticas, a etnografia. Por meio dela, pode-se incluir o ponto de vista dos usuários sobre as políticas linguísticas. Assim, os estudos nesse campo deveriam contemplar as dimensões micro, meso e macro das relações envolvidas nos processos de planificação e implantação de políticas linguísticas.

Breve síntese das políticas linguísticas do Paraguai

A razão pela qual o Paraguai é um país bilíngue somente pode ser explicada por uma breve retomada do percurso histórico, cenário de embates sangrentos e ideológicos.

Os países de colônia espanhola também sofreram parecido processo de laicização do ensino. Assim como no Brasil, os jesuítas perderam, talvez não tanto como aqui, o direito de exercerem seu ofício como mestres, valendo-se de produções religiosas para o ensino da leitura e da escrita, tendenciosamente atravessado por um discurso religioso e domesticador do “bom selvagem”. Além disso, contribuíram, via missões jesuíticas, para a manutenção da língua e cultura indígena, ainda que com transposições da lógica cultural e religiosa europeia. Lógica essa que ganhou força nos anos pós-independência, depois de 1811, quando também houve um processo de europeização, juntamente com um processo lento de “castelhanização” (JIMÉNEZ, 2010).

Os conflitos entre jesuítas, o governo e sociedade colonial também foram frequentes. Meliá (1997, p. 220) aponta ao menos sete expulsões de jesuítas, ocorridas durante os séculos XVI e XX. Embora tenham sido tão recorrentes perseguições e expulsões, o guarani vingou porque, argumenta Zucolillo (2000), a falta de escolarização nos primeiros séculos da colônia somados aos anos de

chumbo do início do século XX foram os principais responsáveis pela manutenção da língua, inclusive de sua oficialização.

Quanto à primeira causa, não há o que se discutir: um país em formação com população indígena, sem os processos formais de escolarização leiga, como sonhou Pombal para o Brasil, seria impossível. “A partir de entonces el guaraní deja de ser lengua indígena y passa a ser la de los conquistadores y sus descendientes, los paraguayos” (JIMÉNEZ, 2010, p. 17). Até porque os jesuítas foram estudiosos e incentivadores da língua guarani, visando ao propósito evangelizador da igreja.

Já quanto à ditadura, o argumento de Zucolillo (2000), que explica a manutenção da língua, reside no fato de que o discurso nacionalista – vigente nas ditaduras de Moríngio e Strossner – implantava uma política linguística de valorização do guarani como símbolo da identidade nacional. Com isso, instalou-se um movimento de resistência, movimento esse que teria se iniciado no século XIX, baseado nos ideais românticos de nação. Como a escolarização que houve foi um privilégio para poucos, o intento da “castelhanização” fracassou. A política linguística subsequente buscou valorizar o guarani como símbolo nacional, e não faltaram incentivos para que se tornasse, mesmo que timidamente, uma língua oficial da nação que surgia, renascida de uma devastadora guerra, a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai, como é mais conhecida entre os brasileiros.

Aliás, o pós-guerra contribui para essa atitude ufanista em relação à língua. Lenka Zajícová (2014), em seu livro, em edição Kindle, “El bilinguismo paraguayo: usos y actitudes hacia el guarani y el castellano”, também confirma que houve certa predileção pelo guarani no pós-guerra:

... el bilingüismo como doctrina nacional nace justamente después de la guerra, como intento de compaginar el hecho evidente del guaraní como lengua única de los paraguayos antes de la guerra, el desprecio por ella como “enemigo de todo progreso y civilización”, en palabras del besimanario La Regeneración em 1869 (cit. Em Genes Hermosilla 1978: 9), y la admiración por el castellano como lengua de civilización y modernidad.

Falar guarani, no avançar das primeiras décadas do século XX, foi passando a significar a apropriação da maior expressão nacional. Nos anos 40, durante o governo de Higínio Morínigo (1940-1948) e, principalmente no governo do General Stroessner (1954-1989), não se mediram esforços para subverter a imagem estigmatizada da língua indígena, em razão dos efeitos da fracassada “castelhanização”. Dentre suas ações deste último, em defesa desse “território linguístico”, cabe listar: palestras de escritores em língua guarani, fim do castigo que havia em escolas a quem fizesse uso da língua⁴⁰, obrigatoriedade da disciplina no ensino médio dos anos 70, legitimação da língua prevista na Constituição Federal de 1967, uso pelos canais de comunicação em massa.

No entanto, nem todos viam as atitudes do presidente como de bom grado. A rara sociedade letrada – em bom e alto castelha- no - questionava a iniciativa popular de valorizar uma língua de origem indígena. Nesse duelo ideológico que se travou, constituiu-se a história das ideias linguísticas paraguaias. Zucolillo aponta a existência de duas visões: uma colonialista e outra anticolonialista.

40 “Um importante indicio de esta nueva campaña por la castellanización, desarrollada por el Nuevo Estado Paraguayo, es la publicación de las Instrucciones para maestros de escuelas, en donde se prohibia el uso del guaraní en las aulas, y se admitía solamente el del castellano (Vellazquez, 1981: 135).” (JIMÉNEZ, 2010, p.44)

Nesse embate, objetos como língua, cultura e história são ressignificados, considerando-se o lugar social dos sujeitos. Zucolillo sumariza essas visões com palavras-chave que representam o modo como diferentes grupos olham para esse objeto, como num simulacro, que veremos mais a seguir, na adaptação feita do quadro proposto pela linguista:

Objetos	Visão colonialista	Visão anticolonialista
Língua guarani	Atraso	símbolo nacional
Cultura europeia	fracasso da implantação	resistência à barbárie
Situação econômica instável	Consequência do atraso	represália à autonomia (Guerra de 1870)
História	impossibilidade de erradicar a barbárie local e implantar a cultura europeia.	possibilidade de escapar à barbárie europeia e implantar um sistema civilizado local.

Tabela 1 - Quadro das duas visões sobre as políticas linguísticas de Stroessner, adaptado de Zucolillo (2000, p. 36)

Pode-se deduzir que o governo em questão jogava com as identidades por meio da língua: embora não fossem representantes da classe popular, ganhavam adesão dela por enaltecem símbolos nacionais, entre eles, a língua falada pela classe não escolarizada: “o que permite concluir coerentemente que os referidos governos interpretaram manifestações populares ao assumir a causa da língua e instituíram uma política, nesse aspecto, revolucionária” (ZUCOLILLO, 2000, p.38).

Houve, portanto, uma inversão da visão estigmatizada da língua guarani. E isso se fez por meio dos mesmos mecanismos utilizados para excluí-la, quando falada de um lugar social colonialista.

O discurso pautado na erudição do espanhol, via escolarização, vai sendo adaptado ao guarani, que passa a ser como árvores, passível de ser preservado, via escolarização entre outras ações como as mencionadas anteriormente, dado origem a um discurso ecologista em favor da linguagem, a partir das categorias ou fórmulas: primitivo/evoluído; superior/inferior; bárbaro/civilizado. Logo, numa lógica nacionalista/ecologista: saber guarani significava retomar ao primitivo, ao puro e bom selvagem, o que torna o americano superior ao europeu, este bárbaro por suas ações que dizimaram populações indígenas. Sobre essa lógica é que a política linguística do guarani se desenvolveu.

Corvalán (1992, p. 22 citado por ZAJÍCOVÁ, 2014, s.p.) corrobora essa construção ideológica do bilinguismo paraguaio “el fenómeno bilíngüe nacional han contribuído al creciente orgullo e identidade de los paraguayos con respecto a la lengua nativa.”

Por outro lado, a visão colonialista ainda persistia, ingênuo seria acreditar que o guarani triunfou tão facilmente, sem que contrários ao uso da língua se posicionassem, como fez o governador Lázaro de Ribera, ao final do século XVIII: “hemos llegado al extremo de que la lengua del Pueblo conquistado se la que domine” (MELIÁ, 1997, p.40). Chegar a esse extremo - de a língua do dominado vir a dominar - sugere o posicionamento de fracasso na imposição da língua e cultura europeias.

Mais ingênuo ainda seria acreditar que o guarani substituiu o espanhol em tudo. Meliá (1997) nos diz que o castelhano, no Paraguai colonial, era a língua em que se rezava, a língua da administração pública, da política... O uso do guarani se restringia às relações familiares. Robin, 1967 (citado por ZUCOLILLO, 2000) narra um episódio ocorrido na constituinte de 1870, no pós-guerra da Tríplice Aliança, em que o deputado foi ridicularizado por

propor que se falasse em guarani. Ao que parece, o deputado teve um tratamento muito parecido ao de Policarpo Quaresma, tendo, certamente, também, um “triste fim”.

Nas escolas, o guarani tardou a chegar, o que se tornou uma estratégia excludente aos monolíngues de guarani, maioria no país e moradores das áreas rurais. Meliá (1997, p. 48) diz que o bilinguismo paraguaio chega a ser mais um “di-linguismo”, já que o uso do espanhol e do guarani está regido por fatores sociais ou regionais e não por um uso alternado e confluyente dos dois idiomas.

Além de ser uma língua ausente nas decisões do país e nos processos de escolarização, o guarani contava (e ainda conta) com relativa variação linguística, que é visto como um dificultador no processo de democratização. Meliá aponta que havia dois guaranis respectivos aos seus “Paraguais”, um dos colonos e outro das reduções missionárias. Havia também um terceiro guarani, o dos índios que se refugiavam no monte. Uma possível uniformização foi sendo ideologicamente construída durante os primeiros anos do século XX, quando o guarani passou por um frequente processo de gramatização⁴¹, em que se reproduzia o modelo de língua castelhana implantado pelo colono: “*Poco a poco, iba apareciendo um guaraní paraguayano con todas las características de lengua vernácula: lengua materna de un grupo dominado social o politicamente por otro que habla una lengua diferente* (UNESCO, 1954)” (MELIÁ, 1997, p. 41).

Esse processo de gramatização do guarani ganhou força com as ditaduras do século XX e, teve um reforço extra, com a criação de diretrizes do MERCOSUL. Foi no período ditatorial paraguaio

41 “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, 65).

que o guarani se tornou língua da nação, por meio da Constituição de 1967. Mas somente na Constituição de 1992, já no Paraguai democrático, é que a língua é co-oficializada, juntamente com o espanhol. Em 1994, é lançado, pelo Ministério de Educação Paraguai, um Plano de Educação Bilíngue (PEB) que regulamenta a obrigatoriedade do ensino de ambas as línguas, na educação básica.

O lançamento do plano foi precedido e coincidiu com uma série de políticas linguísticas no âmbito do MERCOSUL: reuniões em Buenos Aires, Montevideu e Brasília celebraram protocolos de intenções e formaram-se comissões de ministros de educação dos países membros, o que culminou no Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL, em 1992. Acordos foram celebrados, em 1994, para o reconhecimento de títulos, além de um protocolo de integração. Em 1996, um documento de metas para educação foi formalizado entre os países.

Diferentemente do Brasil, o Paraguai possui uma língua de origem indígena falada pela maioria da população. O bilinguismo paraguaio ocorre, de fato, entre 32,6% (guarani L1/castelhano L2) e 25,5% (castelhano L1/guarani L2) da população. As línguas guarani e castelhano convivem no mesmo espaço não necessariamente havendo sujeitos bilíngues, mas extremos que são monolíngues. Além disso, há uma parcela de 1,1% que não fala castelhano nem guarani, conforme dados do último censo paraguaio de 2002 (PARAGUAY, 2002).

Esse cenário, pouco diferente do que havia nos anos 90, somado às demandas globais da educação é que levou o Paraguai a propor seu Plano de Educação Bilíngue, em 1994, vigente até os dias de hoje.

A fronteira, contexto da pesquisa

Na maior parte das vezes, os símbolos nacionais como tijolos, argamassados com o cimento de ideologias que se (re)produzem para construir muros-fronteiras entre países. É, pois, imaterial a fronteira, conforme define Albuquerque (2010, p. 32):

As fronteiras não são somente marcos de delimitação fixados no território físico. Elas representam o fim e o início da jurisdição estatal, os limites da cidadania e dos símbolos oficiais da pátria. Muitas vezes significam zonas de hibridismo entre línguas nacionais, meios de comunicação e outros símbolos culturais, As fronteiras nacionais são lugares de controle e travessia, lugares de movimentos de pessoas que cruzam os limites territoriais e configuram outras fronteiras.

Nessas linhas e faixas de fronteira, o intercâmbio linguístico-cultural é quase que inevitável. No caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, zonas de hibridismo não são exceções; são quase que regras. As cidades são conurbadas e se tipificam na categoria cidades-gêmeas, ligadas por fronteira seca. Essa tipificação não é exclusividade do Brasil com o Paraguai.

As entrevistas ocorreram em duas instituições de ensino superior brasileiras e uma paraguaia, nesse contexto. De modo geral, as entrevistas ocorreram no ambiente de estudo dos entrevistados, em horários pré-determinados ou em intervalos das atividades acadêmicas, fazendo-se uso de um roteiro semiestruturado. Elas foram gravadas em áudio e, em seguida, roteirizadas, com transcrição dos excertos relevantes para a pesquisa⁴².

42 Os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa.

O sexto bloco de perguntas, de oito feitas aos entrevistados, contempla questões específicas sobre o guarani. Foi perguntado, tanto para brasileiros como paraguaios, se o guarani é língua ou dialeto. Isso porque é corriqueiro ouvir pela fronteira que o guarani “não é bem uma língua”, já que ele apresenta uma série de empréstimos linguísticos do espanhol e do português. Logo, seria interessante perceber se esse posicionamento sobre a língua era recorrente entre os universitários da pesquisa. Também, verificou-se o modo como os entrevistados rotulam/diferenciam o espanhol e o castelhano. Isso porque, por meio dessa nomeação, ideologias linguísticas poderiam vir à tona.

Foram selecionados três estudantes dos cursos superiores, sendo dois do curso superior de tecnologia em Agronegócio e um do curso de Ciência da Computação, respectivamente Lídia, 24 anos; José, 28 anos; e Lúcio, 20. Com exceção desse último, os outros se autodeclararam, ao menos, bilíngue de português e espanhol. O critério de escolha pautou-se no fato de terem tido toda a formação básica em uma das cidades-gêmeas, além de vivenciarem situações familiares de bi/multilinguismo. Foram utilizados nomes fictícios para garantir o anonimato. As entrevistas ocorreram entre setembro e outubro de 2014, nas dependências das instituições envolvidas.

Do lado paraguaio, selecionaram-se três estudantes da faculdade, durante uma das visitas ao local, em novembro de 2014. Eles são todos do curso de Agronomia e têm 23 anos, são apresentados com os pseudônimos Juan, Pablo e Laura. Os estudantes estavam em período de provas e, nos intervalos, foram realizadas as entrevistas.

Quando as políticas linguísticas são refletidas na prática linguística

A seguir, é discutido o modo como as representações deixam escapar, pelo fio discursivo, fiapos de ideologias linguísticas assentadas em políticas linguísticas. Optou-se por analisar algumas asserções na tentativa de traduzir os posicionamentos apreendidos nas interações com os fronteirços sujeitos da pesquisa.

Duas asserções podem sintetizar o que os entrevistados enunciam sobre o guarani: (1) o guarani não é língua, é um dialeto; (2) o guarani é língua, é idioma nacional. As asserções tão opostas, representam, curiosamente, dois grupos que, apesar do ressentimento da guerra, dizem viver em harmonia. A primeira asserção representa o discurso dos brasileiros sobre o guarani, com exceção de Lídia; a segunda, os discursos dos paraguaios.

EXCERTO 01

P.: Ah, interessante... E o guarani?. você acha que o guarani é uma língua ou dialeto?

LÍDIA: Olha, eu acho que é uma língua... pelo que eu conheço. Você entra lá no fundão do Paraguai, não é um dialeto, é a língua deles. A maioria sabe falar, até uma criança ali aprendeu... Não é só um dialeto, pra mim, é uma língua.

Lídia vê o guarani como língua, mas uma língua com uma topografia: *lá no fundão do Paraguai*. Além de ser uma língua de outro lugar, é a língua do outro: *é a língua deles*. Implicitamente, fica sugerido que o guarani é língua, mas com ressalvas, dadas as circunstâncias do lugar e dos sujeitos que se apropriaram da língua,

até uma criança. A entrevistada faz uso do dêitico “pra mim”, possivelmente contrariando o esperado por uma brasileira, que não reconhecera o guarani como língua. Ela parece dizer: por todas essas evidências, ainda que pensem o contrário por eu não estar lá, no fundão do Paraguai, o guarani, *pra mim*, é sim uma língua.

Tal posicionamento é revelador do trânsito possível entre as identidades brasileira e paraguaia, quando se é nem um nem outro, se é fronteiroço. Entre o *língua deles* e o *pra mim* há um “eu” que transita entre as identidades e, em razão de viver na fronteira e experienciar a cultura paraguaia, se reconhece nela e, ao mesmo tempo, não está nela. A identidade do fronteiroço, revelada pela representação sobre a língua, se mostra, para usar um termo de Maingueneau (2010), como atópica.

Maingueneau utiliza atopia para se referir, como exemplo, ao discurso pornográfico:

A pornografia compartilha, aliás, essa atopia com outras práticas verbais, que variam segundo as sociedades: palavras, músicas indecorosas, ritos de feitiçaria, missas negras etc. são práticas diversas constantemente atestadas, mas silenciadas, reservadas a espaços de sociabilidade muito restritos ou momentos muito particulares (MAINGUENEAU, 2010, p. 166).

O lugar restrito, na fala de Lídia, é o *fundão do Paraguai*, ou seja: lá é língua; aqui não é. E a jovem onde está? Nesse espaço que não é lá, nem cá, é fronteira.

No decorrer da conversa, Lídia sente certa dificuldade em manter a categorização “língua” para o guarani.

EXCERTO 02

P.: Por quê? Qual seria a diferença entre língua e dialeto? Como você vê isso?

LÍDIA: Olha, a língua eu acho que eh... aí como vou saber explicar... não sou boa de explicação... eh... aquilo que... digamos que é algo que oficial, do seu país e você aprende aquilo como sua língua. Agora um dialeto é digamos, uma segunda língua ou algo da cultura do país.

P.: O jopará... o que seria o jopará?

LÍDIA: Jopará? É... são vários, são dois, digamos assim... Jopará é... sempre falo: uma cor jopará, uma mistura de cores.

P.: Ah... então o guarani com o espanhol é o Jopará?

LÍDIA: É!

P.: Hum:: mas aí você vê mais como um dialeto ou como uma língua?

LÍDIA: É... eu acho que a mistura seria mais um dialeto, né? Já não seria... uma mistura então...

O hibridismo na fronteira é constitutivo da própria identidade e das línguas, assim como heterogeneidade é constitutiva dos discursos. A categoria jopará, entendida como a mistura entre o guarani e o espanhol, passa despercebida pela universitária brasileira. Ao perguntar se o jopará é língua ou dialeto, como feito com o guarani, ela traduz a palavra ao português, utilizando um exemplo, ao falar de cores misturadas. Talvez desconheça o rótulo jopará, já que o guarani que sabe é constituído pela mistura, desde sempre.

Logo, cabe problematizar a mistura, o guarani vai deixando de ser língua e passando à categoria de dialeto. Mais uma vez parece

ficar sugerido que há dois guaranis: um falado mais pela fronteira e outro lá do fundão do Paraguai. Essa, lá do fundão, é língua; aquele, cá da fronteira, é dialeto, possivelmente por ser “menos puro”.

Como visto, Lídia titubeia entre o guarani ser e não ser língua/dialeto. Isso não ocorre com José e Lúcio, que são categóricos em afirmar — o guarani é um dialeto — por meio de suas falas, conforme a análise dos excertos que seguem.

EXCERTO 03

JOSÉ: É um dialeto. É. Geralmente as línguas surgem de outras línguas, né? As neolatinas, né? As línguas românticas. E o guarani eu acredito que ele não tem uma ORIGEM. Eu não acredito que ele tenha derivado de outro idioma assim. E a língua expressa fatos, ela expressa fenômenos. É bem diferente de quando a gente estuda em idiomas, na parte de gramática. Você estuda adjetivos, você estuda substantivos. Então, no guarani essas coisas são bem fragmentadas. E a didática de ensino é totalmente diferente, então você não aprende que uma palavra é substantivo por isso por isso e por isso, né? Você aprende que uma palavra é substantivo porque ela representa um fenômeno, por exemplo, né? Igual como o sol é... kuarahy SOL, então eu aprendi assim que o... Quando estudava né? Eu tenho uma prima que é professora de guarani. Ela é paraguaia. Ela ensinava que... O sol, kuarahy em guarani, ele chama assim não porque alguém denominou sol substantivo, né? Mas é porque os indígenas olhavam pro sol como uma bola de fogo que saía de um lugar e entrava em outro... Então ele descreveu esse fenômeno e deram esse nome pro substantivo

que é o sol, por conta daquilo que acontecia no sol, e é assim que acontecia com outras coisas...

Fica evidente na fala de José uma concepção de língua baseada no ensino tradicional da língua portuguesa. Torna-se perceptível certa sinonímia entre língua e gramática. Logo, o guarani é dialeto porque não tem uma gramática “traduzível” na mesma lógica da língua portuguesa e outras línguas: *É bem diferente de quando a gente estuda em idiomas, na parte de gramática. Você estuda adjetivos, você estuda substantivos. Então, no guarani essas coisas são bem fragmentadas.*

O enunciado de José reafirma um posicionamento sobre a língua que, possivelmente, decorre de uma política linguística de ensino do português e de línguas estrangeiras, calcada em posturas estruturalistas de língua. Nessa concepção, a língua é um todo caótico que ganha organização em uma estrutura gramatical. Isso torna-se impossível ao guarani, segundo o universitário, pois não há uma relação direta, passível de tradução literal, como ocorre em outras línguas. No guarani, a dimensão metafórica é muito recorrente, exemplifica isso por meio da palavra *sol*, cuja tradução literal é “bola de fogo”. As constantes metáforas seriam a justificativa da dificuldade de enquadrar o guarani nessa “quase gramática universal”, comum a outros idiomas.

A ideologia linguística em jogo aproxima-se de um ideal iluminista de enquadramento das línguas em uma gramática comum a todas as realizações linguísticas. Esse ideal é dinamitado quando o guarani não se encaixa nessa lógica universalizante, estruturalista. Assim como Lídia, José passa a reconhecer a legitimidade do guarani como língua, mas no lado de lá. Esse reposicionamento torna-se possível a partir da provocação feita pelo pesquisador, sobre o ensino do guarani no Paraguai.

EXCERTO 04

P.: Mas, e o fato de ser ensinado na escola... Será que não dá o status de língua ainda?

JOSÉ- Na verdade no Paraguai é considerado como um idioma, né? Um dos idiomas oficiais.

P.: Mas aí deixa de ser dialeto?

JOSÉ - Daí acho que sim, né? Eu acho que... hoje ele é considerado um idioma, né? Mas ele tem origem de dialeto, né?

O posicionamento de José sobre o guarani é desconstruído com a pergunta sobre o ensino da língua no país vizinho. A oficialização da língua tem peso na mudança de posicionamento do entrevistado. Vê-se aí um exemplo de como o status da língua é mudado a partir das políticas linguísticas implementadas, conforme teoriza Calvet (2007).

O discurso de José é atravessado por questões históricas que, possivelmente, explicariam a origem do guarani. Em seu discurso, outras línguas – como as românicas – parecem ter surgido com uma gramática pronta, desde sempre elas são o que são, parece não ter havido a variação e resultante mudança linguística como, de fato, houve. Pela fala do universitário, parece que sempre as línguas foram como ele as encontra, hoje, nas gramáticas. A afirmação pode ter origem no fato de as línguas serem sempre tratadas como símbolos de Estado. O guarani, quando tratado como língua de Estado, deixa de ser dialeto. Mas, ao contrário das outras, tem uma história, *uma origem de dialeto, né?*

Como visto, José (i) afirma que o guarani é um dialeto; (ii) em seguida, se repositona – o vendo como língua, se o considera no contexto paraguaio; (iii) novamente o vê como dialeto se conside-

rar sua origem. Há, portanto, ideologias linguísticas em jogo que atravessam o seu discurso. Há vozes de um discurso estruturalista sobre as línguas, base para discursos nacionalistas. Esse último, aliás, é o que leva o entrevistado a se reposicionar, considerando a oficialização do guarani como política linguística do Estado paraguaio. A gramatização, pois, tem grande peso no posicionamento dos sujeitos sobre as línguas. No entanto, a gramatização não funciona bem em todos os lugares. No caso do guarani, ela somente vale: *no Paraguai* (fala de José) e *lá no fundão do Paraguai* (fala de Lídia).

O peso da gramatização também aparece no posicionamento de Lúcio sobre o guarani.

EXCERTO 05

LÚCIO: Eh... eu não vejo as pessoas escrevendo as coisa em guarani, né? Eu eu acho que é mais dialeto.

P.: Mais dialeto, não é bem língua então?

LÚCIO: Não, eu acho, mas... acho que o pessoal que fala aí vai ficar bravo.

P.: ((risos)) Vai ficar bravo, é? Fala por que você acha?

LÚCIO: Vai que... ah fica falando mal da minha língua aí. ((risos))

A concepção de língua em jogo na fala de Lúcio está um pouco além da gramatização. Para Lúcio, o guarani não é língua porque não conta com práticas letradas escritas. Ainda assim, a base do discurso de Lúcio está centrada na ideologia de que língua para ser língua precisa se apoiar nos dois pilares tecnológicos da gramatização: ter uma gramática e um dicionário, o que permite a produção escrita nessa língua.

Fica evidente, também, um valor depreciativo atribuído à noção de dialeto. O entrevistado afirma que os falantes de guarani não gostariam de ouvir essa atribuição à língua. Dizer que a língua é dialeto significaria ficar *falando mal da língua aí*. Logo, a noção de dialeto pode ser entendida como algo menor, de menor status, no que se refere a uma língua.

O posicionamento reafirma uma tendência discursiva histórica no Brasil de minorizar línguas indígenas e línguas ágrafas que, por conseguinte, não são dignas de serem ensinadas pela escola. Parece ecoar na fala de Lúcio a pena de Marquês de Pombal que reconhecia o português como a oficial língua do Brasil. Fora disso, não há língua.

O fato de apontar o descontentamento dos falantes de guarani, em relação à classificação “dialeto”, revela posicionamento parecido com o de Lídia e José. Fica sugerido que o guarani no Paraguai é língua, tanto que ficariam bravos se soubessem que a classificam como dialeto.

E, de fato, parece que os paraguaios ficariam bravos mesmo. Pelo menos é que o revelaram os sujeitos paraguaios da pesquisa.

EXCERTO 06

P.: O guarani, na sua opinião, é uma língua ou um dialeto?

LAURA: [NÃO, é uma língua]. É uma língua.

P.: Qual seria a diferença entre a língua e dialeto pra você?

LAURA: Dialeto seria uma coisa assim popular, não escrito. Uma coisa que se aprende com a cultura de geração em geração, tipo... que se aprende sem formalida-

de. O guarani, pra gente, é um idioma sim. Que a gente aprende na escola, tem regras, regras ortográficas, tem livros, tem poemas, tem muita coisa assim... muita... referência bibliográfica... tem correções assim, que vão indo melhorando..., do mesmo jeito que o português e o espanhol. Tem correções assim pra ir melhorando a escrita assim... Não é uma coisa assim::: eh:: aprendida só pela cultura assim.

Pela fala de Laura, vê-se que ela representa o guarani como tendo o mesmo status das outras línguas por ela citada – o espanhol e o português – isso porque é ensinada com formalidade pela escola (*Que a gente aprende na escola*), possui um tesouro literário (*tem livros, tem poemas, tem muita coisa assim... muita... referência bibliográfica*) e é objeto de prescrição gramatical (*tem regras, regras ortográficas*).

Ao que parecer o ideal de Stroessner se consolidou no discurso escolar sobre o guarani. A língua passou a ser símbolo nacional, tanto que a referência que se faz ao guarani como língua é feita a partir do rótulo “idioma”: *O guarani, pra gente, é um idioma sim.*

Laura se coloca como sujeito em estado de pertencimento ao idioma, por meio da expressão *pra gente*. Com isso, a estudante paraguaia se mostra em uma situação oposta aos brasileiros que faziam uso da expressão “a língua deles”. O rótulo “idioma” é o que consta na Constituição Paraguaia, de 1992, que oficializa o guarani, em seu artigo 140: “El Paraguay es un país pluricultural y bilingüe. Son idiomas oficiales el castellano y el guaraní”.

O uso de “pra gente” também pode ser revelador de um pré-construído sobre o que os brasileiros pensam do guarani, já que eu sou brasileiro e a estava entrevistando. Seria como se ela dissesse

se: “não me importa o que vocês, brasileiros, pensam, pra gente, é um idioma sim.”

O posicionamento de Laura é calcado em discurso da tradição dos símbolos paraguaios, incluindo aí a língua, um tanto quanto diferente de Juan, que reconhece o hibridismo inerente ao guarani falado na fronteira:

EXCERTO 07

JUAN: Acho que é uma língua.

P.: Por quê? Qual é a diferença entre língua e dialeto?

JUAN: Língua e dialeto ((pausa)). Não sei como diferenciar, mas a língua guarani é bem antiga. Mas nós não falamos BEM ANTIGA a língua. Já tem uma mistura também como o espanhol. Mas se você vai conhecer o idioma guarani MESMO é difícil. Nós mesmo não trabalhamos bem como a língua guarani. Tem palavra que nós não conhecemos mais.

P.: ahã... já é uma língua mais misturada.

JUAN: Mais misturada.

P.: Mas daí será que não deixa de ser língua e passa a ser dialeto, não?

JUAN: Pode ser também.

Ainda que reconheça o guarani como língua, bem antiga por sinal, Juan deixa sugerido que há dois guaranis. Há um guarani falado cotidianamente que se constitui pelo hibridismo com o espanhol, o jopará; e há um guarani, que é idioma nacional, “mais puro”, ensinado na escola: *Mas se você vai conhecer o idioma guarani MESMO é difícil...* O jopará (embora ele não tenha usado o termo) é a língua do hibridismo. O *idioma guarani MESMO* é a

língua gramatizada, calcada na tradição.

Ao final, o pesquisador busca desestabilizar o posicionamento sobre língua e dialeto e o estudante concorda ser um dialeto, mas de modo modalizado: *pode ser também*. Isso vale dizer que pode ser dialeto, além de língua.

Considerações finais

A rotulação língua ou dialeto serviu para colocar à baila ideologias sobre o guarani. Fica evidente que, na fala dos brasileiros, o guarani até pode ser língua, mas lá, no Paraguai; na fala dos paraguaios, o guarani até pode ser dialeto, se considerado o hibridismo dele constituinte, mas para lá da fronteira, no Brasil.

A asserção (1) - o guarani não é língua, é dialeto - presente no discurso dos estudantes brasileiros, corroboram o posicionamento pautado no apagamento da diversidade linguística do Brasil, em nome do reconhecimento do português como única e exclusiva língua nacional. Ecoam nas vozes dos sujeitos, o decreto de Pombo e o peso da gramatização como processo legitimador da ideia de língua. Tanto que, quando questionados sobre o fato de o guarani ser ensinado no Paraguai, há um reposicionamento: a asserção 1 gera a subasserção 1.1.

Já a asserção (2) - o guarani é uma língua, é um idioma - presente entre os estudantes paraguaios revela como a política linguística iniciada por Stroessner ainda reverbera na fala dos universitários. O fato de a língua ter passado a ser disciplina do currículo paraguaio, desde 1992, fez com o que o status que os falantes têm da língua seja outro em relação ao brasileiro, que convive ali do outro lado da avenida Internacional. Esse status é levemente abala-

do quando se problematiza a mistura, o que geraria a subasserção (2.1): pode ser um dialeto. Nos dois casos em que houve a subasserção (2.1), falas de Juan e de Pablo (esse último omitido neste artigo), a afirmação nos chega por meio da perífrase verbal, modalizando o discurso; ou seja, pode ser, mas não deixa de ser língua.

Fica evidente entre os paraguaios que a variação linguística no guarani parece ser pouco resolvida, haja vista que o hibridismo parece ser pouco admissível, alterando, inclusive, o status da língua para dialeto. Possivelmente, há um descompassado entre a língua ensinada na escola e a língua falada entre os paraguaios. Assim como para Drummond: “o português são dois”, dois e muitos mais é o guarani. Há um guarani ensinado na escola e há outro falado pelo povo. Há o guarani de Meliá reduzido, domesticado e há um guarani selvagem, difícil de se enquadrar nos moldes gramaticais da cultura europeia.

Os discursos dos universitários traduzem simulacros sobre o guarani, por meio dos semas +língua/-dialeto, os paraguaios se inscreveram em um discurso da tradição e confirmaram o sucesso da política linguística de implantação do guarani, no sentido de cultivar o status de língua nacional, muito mais do que língua do coração, como problematiza Zucollillo (2000).

Os brasileiros, por sua vez, por meio dos semas-língua/+dialeto, também posicionados em um discurso calcado na tradição, materializado por práticas de gramatização, não reconhecem o mesmo status que os paraguaios dão ao guarani. Para os paraguaios, no entanto, quando problematizado o guarani do ponto de vista de sua natureza híbrida, passa a dialeto, ainda que de modo modalizado.

Referências

- AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e5ba704f-5000-43df-bc8e-01df0055e632&groupId=10157>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- BUSCH, B. The Linguistic Repertoire Revisited. **Applied Linguistics Advance Access**, Oxford, p. 1-22, out. 2012.
- CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos e minorias lingüísticas no Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. spe, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jun. 2011.
- JIMÉNEZ, D A. **El bilingüismo paraguayo por dentro: influencias de la lengua española sobre el guaraní hablado en Paraguay**. Asunção: Servilibro, 2011.
- KROSKRITY, P. V. Language Ideologies. In: DURANTI, A. **A Companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Blackwell, 2004.
- MAINGUENEAU, D. Paratopia – a paratopia e suas sombras. Tradução: Décio Rocha. In: _____. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.
- MELIÁ, B. **El Guaraní conquistador y reducido: ensayos de**

ethnohistoria. Assunção: Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1997.

McCARTY, T. L. Entry into conversation. Introducing ethnography and *language policy*. In: _____. (Org.). **Ethnography and language policy**. New York and London: Routledge, 2011.

PARAGUAY, Ministerio de Educación y Cultura. Centro de Investigación e Innovación Educativa. **Lengua Guaraní en Sistema Educativo en las dos últimas décadas**. Assunção, 2014. Disponível em: <http://www.mec.gov.py/cms_v2/recursos/9797-la-lengua-guarani-en-el-sistema-educativo-en-las-dos-ultimas-decadas>. Acesso em: 15 jan.2016.

PIRES-SANTOS, M. E. **O cenário multilíngüe/multidial/multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social**. Tese de doutorado em Lingüística Aplicada. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

RIBEIRO DA SILVA, E. **A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos**. Trabalhos de Linguística Aplicada. Campinas. n (52.2) jul./dez. 2013 p. 289-320.

ROBINS, K. Tradition and translation culture in its global context. In CORNER, J.; HARVEY, S. (org.). **Enterprise and Heritage: Crosscurrents of National Culture**. Londres: Routledge, 1991.

RYMES, B. Communicative repertoire. 2014. In: LEUNG, C & STREET. B. V. (Eds.) **The Routledge Companion to English Studies**. Routledge. Disponível em: <<https://upenn.academia.edu/BRymes>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SHOHAMY, E. Linguistic Landscape and Multilingualism. In: MARTIN-JONES, M. BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. (Orgs.) **The Routledge Handbook of Multilingualism**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2012, p. 538-551.

SPOLSKY, B. **Language policy**. Cambridge: Cambridge Uni-

versity Press, 2004.

WOOLARD, K.A. Language Ideology as a Field of Inquiry. In SCHIEFFELIN, B.; WOOLARD, K; KROSKRITY, P. (orgs). **Language Ideologies: Practice and Theory**. Oxford University Press, 1998, pp. 3-47.

ZAJÍCOVÁ, L. **El bilingüismo paraguayo: usos y actitudes hacia el guaraní y el castellano**. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2014. Versão Kindle.

ZUCOLILLO, C. M. R. **Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o guarani no Paraguai**. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.